

Parquetur – Caminhos do Mar S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas e Administradores da
Parquetur - Caminhos do Mar S.A.
São Paulo – SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Parquetur – Caminhos do Mar S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a administração da Companhia, em seu melhor entendimento, não registrou a remuneração do pessoal chave da administração no exercício de 2021, no montante de R\$ 196, o que está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme o CPC 05 (R1) - Partes Relacionadas. Consequentemente, a rubrica “despesas administrativas”, o “prejuízo do exercício” e o “passivo circulante” estão apresentados a menor, no montante de R\$ 196, nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparabilidade, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de junho de 2022



Clayton da Silva Codo
CT CRC 1SP-234.906/O-1

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0

Parquetur – Caminhos do Mar S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO			
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
			(Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.747	1
Contas a receber	-	43	-
Créditos diversos	-	170	-
Despesas antecipadas	-	10	-
Total do ativo circulante		<u>1.970</u>	<u>1</u>
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	6	1.028	-
Imobilizado	7	313	-
Intangível	8	4.915	-
Total do ativo não circulante		<u>6.256</u>	<u>-</u>
Total do ativo		<u>8.226</u>	<u>1</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Parquetur – Caminhos do Mar S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedores	-	40	-
Obrigações trabalhistas e sociais	-	36	-
Impostos e contribuições a recolher	9	47	-
Concessão de serviço público	10	307	-
Outras contas a pagar	-	3	-
Total do passivo circulante		<u>433</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	12.1	7.673	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.1	1.801	-
Prejuízos acumulados	-	<u>(1.681)</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		<u>7.793</u>	<u>1</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>8.226</u></u>	<u><u>1</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Parquetur – Caminhos do Mar S.A.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Não auditado)
Receita operacional líquida	13	792	-
Custo dos serviços prestados	14	(1.716)	-
Resultado bruto		(924)	-
Despesas operacionais:			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	15	(790)	-
Resultando operacional antes do resultado financeiro		(1.714)	-
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	16	35	-
Despesas financeiras	16	(2)	-
		33	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.681)	-
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-
Prejuízo do exercício		(1.681)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Parquetur – Caminhos do Mar S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Não auditado)
Prejuízo do exercício		(1.681).....	-.....
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>.....(1.681).....</u>	<u>.....-.....</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Parquetur – Caminhos do Mar S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)		1	-	-	1
Prejuízo do exercício		-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)		1	-	-	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.1	-	3.575	-	3.575
Aumento de capital social	12.1	7.672	(1.774)	-	5.898
Prejuízo do exercício		-	-	(1.681)	(1.681)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>7.673</u>	<u>1.801</u>	<u>(1.681)</u>	<u>7.793</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Parquetur – Caminhos do Mar S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(1.681)	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	109	-
	(1.572)	-
(Aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(43)	-
Créditos diversos	(170)	-
Despesas antecipadas	(10)	-
Aumento nos passivos:		
Fornecedores	40	-
Obrigações trabalhistas e sociais	36	-
Impostos e contribuições a recolher	47	-
Outras contas a pagar	3	-
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(1.669)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(345)	-
Aquisição de ativo intangível	(635)	-
Outorga fixa	(4.050)	-
Aplicações financeiras vinculadas	(1.028)	-
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	(6.058)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.575	-
Aumento de capital social	5.898	-
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	9.473	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.746</u>	<u>1</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.747	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.746</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Parquetur - Caminhos do Mar S.A. ("Parquetur" ou "Companhia"), uma sociedade anônima, de propósito específico, constituída em 06 de novembro de 2019, com sede na Rua Conceição, nº 2333, Sala 310, na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas no Edital da concorrência internacional nº 01/2020, Processo SIMA nº 8313-2020 ("Concorrência"), e no Contrato de concessão nº 01-2021 celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, representado por sua Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA ("Concedente").

A Parquetur é responsável pela realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área contida dentro dos limites da Unidade de Conservação Parque Estadual Serra do Mar, conhecida como "Caminhos do Mar", atuando, adicionalmente, em todas as atividades fixadas no Contrato de Concessão de Uso de Bem Público pelo prazo de 30 anos.

1.1. Início da operação e evolução da visitação

A operação da Companhia iniciou-se efetivamente em 16 de junho 2021, com o início da implantação dos planos de gestão e operação e plano de intervenções.

Os principais serviços de apoio ao uso público no Parque Estadual Serra do Mar, relativa ao Caminhos do Mar são:

- Controle de acesso ao Parque: contempla sistema e equipamentos utilizados para o controle do número de visitantes que adentram o Parque. Tal serviço é importante para segurança e controle de entrada e saída dos grupos de pessoas;
- Recepção de visitantes: serviço de receptivo prestado pelos colaboradores da Companhia, contempla as atividades de receber, informar o visitante sobre os atrativos do Parque e aspectos relacionados à segurança;
- Venda de ingressos: contempla o serviço de cobrança e venda dos ingressos para o Parque - serviços de caixa;
- Transporte interno: serviço de transporte passa pelos principais monumentos históricos subindo o trecho histórico da Serra do Mar, este facilita e amplia a diversidade de perfis no Parque;

- Serviços de alimentação: no Centro de Visitantes de São Bernardo do Campo há uma lanchonete bem localizada que atende os visitantes no mesmo horário de funcionamento do Parque, onde podem ser adquiridos alimentos e bebidas para apoio nas trilhas ou no retorno da visita dos atrativos;
- Loja de conveniência e souvenir: a instalação da loja de conveniência e souvenir permite ao visitante adquirir produtos para apoio nas trilhas, trazendo um conforto e uma melhor conveniência ao visitante;
- Manutenção e limpeza: toda a área de atendimento ao visitante recebe diariamente o cuidado de manutenção preventiva e a respectiva limpeza para utilização dos visitantes e convivência dos funcionários; e
- Segurança: toda a área de atendimento ao visitante tem vigilância e acompanhamento por equipe e tecnologia.

Para o 2º semestre de 2021 a visitação do Parque superou os 20 mil visitantes, 60% acima do mesmo período de 2019.

Nos próximos 5 anos, espera-se chegar ao patamar de 200 mil visitantes com alto crescimento médio anual da visitação, apoiado nas principais oportunidades do Parque e no crescimento do ecoturismo em âmbito mundial e mais acentuado ainda no Brasil. Este ritmo de crescimento tem seguido o crescimento de visitação dos Parques Nacionais no Brasil e as boas perspectivas de turismo doméstico e de natureza, pós pandemia.

1.2. Impactos do novo coronavírus (Covid-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (Covid-19) é uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar alguns impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis das organizações.

Na data de emissão destas demonstrações contábeis, a administração observa uma grande taxa de vacinação da população, contudo um aumento nos registros de casos e internações causadas pela Covid-19 e órgãos de saúde e governo indicando o aumento das restrições dos protocolos sanitários.

Com base nesse cenário, a administração fez uma avaliação e entende que não sofrerá impactos relevantes na visitação do Parque, mantém e reforça os protocolos sanitários, observando constantemente, e com muita atenção, a evolução dos casos no país e no mundo e o estudo de flexibilização ou restrição dos protocolos sanitários, para mensurar com a maior brevidade possíveis consequências nos negócios.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

A autorização, pela diretoria, para a emissão destas demonstrações contábeis ocorreu em 16 de junho de 2022.

2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 2.3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda da preparação das demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$) exceto quando expressamente mencionado em contrário.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

2.4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos descritos na Nota Explicativa nº 21 de instrumentos financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

2.5. Continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a mesma possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do pagamento ou recebimento.

3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazo, para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.1.3. Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado e, quando aplicável, reduzido de provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

3.1.4. Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 7 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos, é realizado anualmente caso tenha ocorrido qualquer indício de perda, e avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

3.1.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis compreendem ao valor de concessão da outorga fixa no valor de R\$ 4.357 e gastos com Construção/Melhorias na infraestrutura no montante de R\$ 635.

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão pública são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e OCPC - 05 Contratos de Concessão.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

A vida útil de um ativo intangível de um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão.

3.1.6. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

3.1.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.1.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.1.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.1.10. Tributação

Impostos sobre as vendas

As receitas de serviços e venda de mercadorias estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas por ser do setor turístico (Parque Temático) e estar registrada no Cadastur – Cadastro prestadores de serviços turísticos do Ministério do Turismo;

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – 3,00%; e
- Imposto sobre serviços (ISS) – 3,00%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O imposto diferido é reconhecido sobre diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações contábeis e suas respectivas bases de cálculo (conhecidas como diferenças temporárias). Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que aumentem o lucro tributável no futuro. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias que se espera que reduzam o lucro tributável no futuro e quaisquer prejuízos fiscais não utilizados ou créditos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são mensurados pelo maior valor que, com base no lucro tributável corrente ou futuro estimado, seja mais provável do que improvável que seja recuperado. O valor contábil líquido de impostos diferidos ativos é revisado a cada data de balanço e ajustado para refletir a avaliação atual dos lucros tributáveis futuros. Quaisquer ajustes são reconhecidos em lucros e perdas. O imposto diferido é calculado pelas alíquotas que se espera que sejam aplicadas ao lucro tributável (prejuízo fiscal) dos períodos nos quais se espera que o imposto diferido ativo seja realizado ou que o imposto diferido passivo seja liquidado, com base nas alíquotas que tenham sido promulgadas ou substantivamente promulgadas até o final do exercício do relatório.

A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado.

3.1.11. Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

3.1.12. Adiantamentos de clientes

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de venda de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

3.1.13. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: **(i)** identificação de contratos com clientes; **(ii)** identificação de obrigações de desempenho nos contratos; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria física e venda on-line) são reconhecidas no momento da visita do cliente ao Parque.

Receita de transporte/translado: a receita de transporte para traslado do Parque é reconhecida no resultado no momento de utilização do serviço pelo cliente.

Receitas de estacionamento: As receitas decorrentes dessa operação são reconhecidas no momento da visita e uso do estacionamento pelo cliente.

Receitas de locação de uso de espaço: As receitas provenientes de contratos de locação de uso de espaço são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos.

Receita e despesa financeira

A receita financeira está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados juntamente com o investimento.

3.1.14. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

3.1.15. Contratos de concessão ICPC 01 (R1)

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

Quando incorridos, investimentos com a infraestrutura, dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere a Companhia o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do poder concedente, nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado.

A Companhia reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, a não ser em revisões extraordinárias do contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo remanescente do contrato de concessão.

3.1.16. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

A administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou ao valor justo por meio do resultado (“VJR”) com base tanto: **(a)** no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto, **(b)** nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: **(i)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **(ii)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: **(i)** valor justo por meio do resultado e **(ii)** custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Com exceção das aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, que são mensuradas ao valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros (contas a receber) são classificados como custo amortizado.

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ("VJR") ou custo amortizado, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

iii) Desconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021

Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir de 1º de janeiro de 2021, tendo sido adotados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia foram os seguintes:

- Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: reforma da taxa de juros de Referência. As referidas alterações normativas não impactaram estas demonstrações contábeis; e
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021. A referida alteração não teve impacto significativo nestas demonstrações contábeis.

3.1.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Novas normas, alterações e interpretações a normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas):

- Contratos onerosos: custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC25/IAS37);
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC27/IAS16);
- Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC15(R1)/IFRS3);
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante (alterações ao CPC26(R1)/IAS1);
- Definição de estimativas contábeis (alteração no CPC23/IAS8);
- Definição de materialidade para a divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC26(R1)/IAS1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS12).

4. Contrato de concessão - Caminhos do Mar

Em 17 de março de 2021, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 01-2021 com o Estado de São Paulo, representado por sua Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA (“Concedente”), com a interveniência anuência da Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo (“Fundação Florestal”) e a Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“EMAE S.A.”), que visa à delegação à iniciativa privada das atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área da concessão, correspondente à parcela territorial contida dentro dos limites da Unidade de Conservação Parque Estadual Serra do Mar, relativa ao Caminhos do Mar, incluindo a elaboração de projetos, a realização das obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, observadas as condições estabelecidas em Contrato e anexos, no plano de manejo e na legislação aplicável.

A Companhia é responsável pela realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área contida dentro dos limites da Unidade de Conservação Parque Estadual Serra do Mar, conhecida como “Caminhos do Mar”, atuando, adicionalmente, em todas as atividades fixadas no Contrato de Concessão de Uso de Bem Público.

O prazo da concessão é de 30 anos, contados da data de assinatura do termo de entrega do bem público.

O contrato de concessão estabelecido entre a SIMA e a Companhia, prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga à concedente e a cobrança, pela Companhia, de tarifas a serem pagas pelos usuários do Parque.

O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada, retornam automaticamente à concedente, os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

Desenvolvimentos e melhorias do Parque

A administração da Parquetur Caminhos do Mar ao longo do seu 1º ano de operação, efetuou desenvolvimentos e melhorias no Parque, para cumprir o contrato junto à Concedente, e para otimizar a infraestrutura do Parque, com o objetivo de aumentar o número de visitantes garantindo a experiência.

Em 2021, as melhorias foram de estruturação e manutenção, com o início do direcionamento do Plano de Intervenções. Após a estruturação inicial, a Companhia iniciou a 2ª etapa do Plano de Intervenções, neste há previsão de investimento de aproximadamente R\$ 12.700 nos próximos 3 anos. O total de investimento ao longo do contrato de concessão, de acordo com o plano de intervenções, é de aproximadamente de R\$ 19.790.

O Plano de Intervenções contempla: construção e reforma de estruturas de apoio à visitação (portarias, bilheteria, centro de visitantes etc.), estruturas de atividades âncora e acessórias e a implantação de infraestrutura de serviços públicos (água, energia e dados).

Outorga fixa

Direito de Outorga Fixa do Contrato de Concessão nº 01-2021 celebrado entre a Companhia e o Estado de São Paulo, representado por sua Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA (“Concedente”), Edital da concorrência internacional nº 01/2020, Processo SIMA nº 8313-2020 (“Concorrência”).

Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento no valor de R\$ 4.050, em março/2021, a título de outorga fixa. O valor foi depositado na conta de restauro, conforme cláusula nº 6 do contrato de concessão.

Em junho de 2021, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente enviou para Companhia o Ofício CG 60/2021, informando que foi detectado uma inconsistência no valor da Outorga Fixa depositado na conta de restauro. O valor pago pela Outorga Fixa não tinha sido atualizado pela IPC/FIPE, no período compreendido entre maio/2020 e março/2021, com isso o valor da Outorga Fixa passou de R\$ 4.050 para R\$ 4.357, gerando um valor a pagar pelo Outorga Fixa no montante de R\$ 307.

Considerando que o valor limite para depósito na conta de restauro é de R\$ 4.252, a Companhia realizou os pagamentos na seguinte ordem:

- a) Depósito, na conta de restauro no valor de R\$ 202; e
- b) Depósito, na conta corrente da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente no valor de R\$ 105.

Os valores foram liquidados pela Companhia no primeiro trimestre de 2022.

Outorga variável e ônus da fiscalização

A Companhia pagará à Fundação Florestal, a partir do 25º mês do contado a partir da assinatura do termo de entrega do bem público e durante todo o prazo de concessão, outorga variável, correspondente a, no mínimo, 0,5% das receitas. A partir do 37º mês de vigência do contrato de concessão, a outorga variável poderá ser majorada para até 1,5% das receitas da Companhia a depender do cumprimento dos indicadores de desempenho.

A Companhia pagará ao Concedente, ônus de fiscalização, correspondente a 0,5% de suas receitas durante o prazo de concessão.

Conta do restauro e eventos de desembolso

Como condição para assinatura do contrato de concessão, parte do valor da Outorga Fixa foi depositado pela Companhia na conta de restauro até o limite de R\$ 4.252, que possui como titularidade a Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo ("Fundação Florestal").

De acordo com o Anexo XI-Contrato de Administração de Contas -Conta dos recursos do restauro, os valores depositados na conta de restauro serão transferidos pela Fundação Florestal para a Companhia na medida que as obras de reparo dos monumentos dos Parques forem concluídas e aprovadas.

Após conclusão de cada Monumento do Restauro, a Companhia apresentará ao banco depositário a respectiva solicitação de transferência, devidamente assinada, acompanhada do Comprovante de Conclusão de Evento de Desembolso emitido pela Fundação Florestal para cada evento de desembolso, assim permitindo a movimentação da conta bancária pelo banco depositário dos valores referentes a este monumento destinados a conta de livre movimentação da Companhia.

Para cada obra de restauro dos monumentos, foi determinado um valor no qual será base para movimentação da conta de restauro, de acordo com os seguintes eventos de desembolso:

- i) Conclusão do Monumento ao Pico: R\$ 29;
- ii) Conclusão do Pontilhão Raiz da Serra: R\$ 38;
- iii) Conclusão do Belvedere Circular: R\$ 77;
- iv) Conclusão do Cruzeiro Quinhentista: R\$ 119;
- v) Conclusão da Calçada do Lorena: R\$ 175;
- vi) Conclusão do Padrão do Lorena: R\$ 332;
- vii) Conclusão do Rancho da Maioridade: R\$ 537;
- viii) Conclusão das Ruínas: R\$ 1.062; e
- ix) Conclusão do Pouso do Paranapiacaba: R\$ 1.883.

Os valores de desembolso serão corrigidos monetariamente com base no índice IPC/FIPE, a partir da data da assinatura do Contrato até a data da solicitação de transferência.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Caixa - fundo fixo	1	1
Bancos conta movimento	6	-
Aplicações financeiras	1.740	-
Total	1.747	1

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários – CDB, com remuneração de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) e podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

6. Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2021	31/12/2020 (Não auditado)
Aplicações financeiras - LFT	1.028	-

A Companhia apresentou como condição à assinatura do contrato de concessão e deverá manter, em favor do Concedente, ao longo de todo o prazo da concessão, garantia de execução no montante inicial de R\$ 994. A garantia de execução apresentada pela Companhia está representada por Letra Financeira do Tesouro Nacional – LFT.

A garantia de execução se destina à indenização, ressarcimento de custos e despesas incorridas, face ao eventual inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia, devendo ser executada também para pagamento de multas que forem aplicadas à Companhia ou para pagamento de outros valores por ela devidos ao Concedente.

Conforme o contrato de concessão, o valor da garantia de execução deverá ser atualizado anualmente pelo IPC/FIPE, no mês de aniversário do contrato de concessão.

7. Imobilizado

Composição do ativo imobilizado líquido:

	% - Taxa anual de depreciação	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido (Não auditado)
Máquinas e equipamentos	10	2	-	2	-
Equipamentos de informática	20	4	(1)	3	-
Móveis e utensílios	10	17	-	17	-
Instalações	10	10	(1)	9	-
Veículos	20	312	(30)	282	-
Total		345	(32)	313	-

A movimentação do ativo imobilizado encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2020 (Não auditado)	Adição	Depreciação	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	-	2	-	2
Equipamentos de informática	-	4	(1)	3
Móveis e utensílios	-	17	-	17
Instalações	-	10	(1)	9
Veículos	-	312	(30)	282
Total	-	345	(32)	313

Os itens de ativo imobilizado referem-se a ativos que não estão vinculados diretamente a concessão.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia entendeu não ser necessário o reconhecimento de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

8. Intangível

Composição do ativo intangível líquido:

		31/12/2021			31/12/2020
	% - Taxa anual de depreciação	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Intangível líquido (Não auditado)
Outorga fixa	3,33	4.357	(77)	4.280	-
Construção/melhorias na infraestrutura	-	635	-	635	-
Total		4.992	(77)	4.915	-

A movimentação do ativo intangível encontra-se demonstrada a seguir:

	31/12/2020 (Não auditado)	Adição	Amortização	31/12/2021
Outorga fixa	-	4.357	(77)	4.280
Construção/melhorias na infraestrutura	-	635	-	635
Total	-	4.992	(77)	4.915

Outorga fixa

Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento no valor de R\$ 4.357, atualizado pelo IPC/FIPE, a título de outorga fixa, conforme cláusula nº 6 do contrato de concessão. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 4.

A amortização será por meio do método linear pelo prazo do contrato de concessão que é de 30 anos contados da data de assinatura do Termo de Entrega do Bem Público.

Construção/melhorias na infraestrutura

A amortização dos gastos com construção/melhorias na infraestrutura ocorrerá conforme a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão - por meio do método linear pelo prazo de concessão do contrato de concessão firmado com a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente – SIMA.

9. Impostos e contribuições a recolher

31/12/2021

PIS a recolher	3
Cofins a recolher	13
ISS a recolher	4
Impostos retidos a recolher	27
Total	47

10. Concessão de serviço público

31/12/2021

Outorga fixa a pagar	307
----------------------	-----

Refere-se ao valor a pagar pela outorga fixa. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 4.

11. Provisão para demandas judiciais

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, não possuía processos de natureza tributária, trabalhista ou cível com prognóstico possível ou provável.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2021, não existindo processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, mas a avaliação da Companhia é que não existam passivos adicionais que devam ser considerados em suas demonstrações contábeis.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 7.673, representado por 7.672.100 ações de valor nominal R\$ 1,00 (um real) cada, composto da seguinte forma:

Acionistas	Ações	Valor	(%)
Parques F.I. Partic. infraestrutura	7.673.100	7.673	100.00

Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 02 de junho de 2021, foi efetuado um adiantamento para futuro aumento de capital, conforme contrato firmado, com valor de R\$ 1.774, que foi utilizado para integralização de capital da Companhia em 04 de novembro de 2021.

Em 22 de dezembro de 2021, foi efetuado um adiantamento para futuro aumento de capital, conforme contrato firmado, com valor de R\$ 1.801, o qual será utilizado na integralização do capital da Companhia em período posterior.

Aumento de capital

Em 18 de fevereiro de 2021, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 1 para R\$ 5.299, portanto um aumento de R\$ 5.298, com a emissão de 5.298.100 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizado em moeda no próprio exercício.

Em 04 de novembro de 2021, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia de R\$ 5.299 para R\$ 7.673, portanto um aumento de R\$ 2.374, com a emissão de 2.374.000 ações ordinárias nominativas, sendo que o valor de R\$ 1.774 estava registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, e o restante, no valor de R\$ 600, foi integralizado em moeda no próprio exercício.

12.2. Reserva legal

Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não constituiu reserva legal.

12.3. Distribuição de dividendos

Em 31 de dezembro de 2021, não houve a distribuição de lucros em função do resultado.

13. Receita operacional líquida

31/12/2021

Venda de ingressos	389
Receita de estacionamento	78
Receita de transporte/translado	92
Receita alimentos e bebidas	8
Locação de uso de espaço	273
Total	840
(-) Impostos sobre as vendas	(48)
Total	(48)
Receita líquida	792

14. Custo dos serviços prestados

31/12/2021

Prestadores de serviços	(1.218)
Manutenção e conservação	(127)
Custo de pessoal	(110)
Amortização	(77)
Aluguel de equipamentos	(52)
Depreciação	(31)
Seguros	(13)
Estadias e refeições	(16)
Ônus da fiscalização	(4)
Custos gerais	(68)
Total	(1.716)

15. Despesas comerciais, gerais e administrativas

31/12/2021

Prestadores de serviços	(420)
Despesas com pessoal administrativo	(111)
Limpeza e conservação	(77)
Impostos e taxas	(31)
Despesas com pessoal de vendas	(28)
Publicidade e propaganda	(23)
Manutenção predial	(12)
Depreciação	(1)
Outras despesas	(87)
Total	(790)

16. Resultado financeiro

Receitas financeiras

31/12/2021

Rendimento de aplicações financeiras	35
Despesas financeiras	
Despesas bancárias	(1)
Outras despesas	(1)
Total	(2)
Resultado financeiro líquido	33

17. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem aos impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço.

O imposto de renda está calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável/ajustado, acrescida do adicional de 10%, sendo feito as devidas deduções permitidas pelo regulamento do imposto de renda. A contribuição social sobre o lucro está calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Descrição	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.681)
(+) Adições (*)	57
Base de cálculo	(1.624)

(*) As adições referem-se, principalmente, as despesas indedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia auferiu prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 1.624, os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

A administração não procedeu com o registro de impostos diferidos em virtude da ausência de expectativa de lucro tributável futuro pelos próximos 02 anos.

18. Transações com partes relacionadas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não efetuou transações com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia não possui em seu quadro de funcionários diretores estatutários e ou diretores administrativos, consequente não possui remuneração de pessoal-chave a ser divulgada. O custo dos executivos chaves são suportados e registrados diretamente nas empresas da controladora da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou o montante de R\$ 196, referente a prestação de serviços de membro da diretoria, o qual não foi registro nas demonstrações contábeis.

A administração entendeu não ser necessário o registro devido não ter um contrato ou acordo formalizado para rateio dos valores de remuneração de membros da administração no exercício de 2021.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os instrumentos financeiros da Companhia estão registrados em contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nas datas dos balanços. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas em contrapartida àquelas vigentes no mercado.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações contábeis podem ser resumidos como segue:

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Riscos de liquidez

É o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de curto prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas pré-fixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Operações com instrumentos derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros ativos de risco. Em 31 de dezembro de 2021 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

19.1. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos, contas a pagar, e concessão de serviço público.

31/12/2021				
Instrumentos financeiros	Nível	Valor justo	Custo amortizado	Total geral
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.747	-	1.747
Aplicações financeiras vinculadas	2	1.028	-	1.028
Contas a receber	2	-	43	43
Total do ativo		2.775	43	2.818
Passivos financeiros				
Fornecedores	-	-	40	40
Concessão de serviço público	3	-	307	307
Outras contas a pagar	3	-	3	3
Total do passivo		-	350	350

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços;

Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e

Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

- **Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:** os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo;
- **Contas a receber:** as contas a receber são avaliadas pelo valor de realização e, quando aplicável, são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Fornecedores e partes relacionadas:** apresentadas ao valor contábil, uma vez que não existem instrumentos similares no mercado; e
- **Concessão de serviço público e outras contas a pagar:** os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

20. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia mantém apólices de seguro, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. Os riscos cobertos compreendem: Seguro de Transporte Nacional, Seguro de Transporte Exportação, Seguro de Transporte de Importação, Seguro de Responsabilidade Civil e Seguro Propriedade.

As premissas adotadas, dada a sua natureza, são avaliadas pela administração da Companhia que entendem ser suficientes e adequadas para cobertura de riscos patrimoniais, operacionais e financeiros.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela administração da Companhia.

Risco coberto	Seguradora	Limite cobertura	
		R\$ Mil	Vigência
Patrimonial	CHUBB Seguros	5.000.000	02/06/2021 a 02/06/2022
Responsabilidade civil	AIG Seguros	3.000.000	02/06/2021 a 02/06/2022
Veículos	Tokio Marine Seguradora	200.000	16/06/2021 a 16/06/2022

21. Eventos subsequentes

Em 11 de fevereiro de 2022, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado aumento de capital social da Companhia em R\$ 1.800, mediante a utilização do montante que estava registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 18 de março de 2022, houve aporte na Companhia no montante de R\$ 3.300, como adiantamento para futuro aumento de capital, que será utilizado na integralização do capital da Companhia até o final do mês de junho de 2022.

Durante o primeiro trimestre de 2022, a Companhia realizou o pagamento do montante de R\$ 307, referente ao saldo remanescente da outorga fixa, conforme apresentado a seguir;

- a) Depósito, na conta de restauro no valor de R\$ 202; e
- b) Depósito, na conta corrente da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente no valor de R\$ 105.

* * *